



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE A PERSPECTIVA DE INTENÇÃO DE RUPTURA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL PROFISSIONAL.

FERNANDA PINHEIRO ROCHA¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade abordar o novo perfil profissional construído pela categoria em fins da década de 1970 e consolidado hegemonicamente em 1980. Para isto, julga-se importante realizar um resgate da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, que teve início na década de 1930. Analiso ainda, se a construção de uma nova orientação profissional muda a natureza do Serviço Social, está compreendida sob a perspectiva histórico-crítica, profissão que surge na sociedade capitalista e tem como finalidade a manutenção da ordem.

Palavras-Chave: Serviço Social Brasileiro. Perfil Profissional. Natureza Profissional.

Abstract: This article is intended to address the new professional profile built by category in the late 1970 and consolidated hegemony in 1980. For this, it is important to perform a rescue of the historical trajectory of the Brazilian Social Service, that began in the 1930. Analyze if the construction of a new vocational guidance changes the nature of Social Service, This comprised historical-critical perspective, profession that emerges in capitalist society and aims at maintaining order.

Keywords: Brazilian Social Service. Professional Profile. Professional Nature.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Serviço Social brasileiro é orientado por um projeto profissional crítico, denominado de *projeto ético-político*, de tradição marxista, resultado de um processo de ruptura com o conservadorismo moral, que orientava o Serviço Social desde a sua gênese. Processo que só foi possível a partir da renovação da profissão, especificamente num período de *intenção de ruptura*, no qual a categoria negou o Serviço Social tradicional e propôs novas bases teórico-metodológicas e, conseqüentemente, um novo perfil profissional. Um profissional não apenas executor das políticas sociais, mas também participativo.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <nandarocha26@hotmail.com>.

O processo de renovação do Serviço Social foi um avanço, sem dúvida, para os assistentes sociais, pois ao analisarmos as origens da profissão verificamos uma profissão que foi demandada pela sociedade capitalista e teve suas primeiras formações baseadas na moral cristã da Igreja Católica, portanto, exigindo um perfil profissional condizente com o projeto das classes dominantes. Diante disto, surge a seguinte indagação: Será que a construção de um novo perfil profissional a partir de uma negação das bases tradicionais e, aliado a um projeto profissional crítico nega a natureza de uma profissão que surge com a finalidade de reprodução social da ideologia dominante?

Por isso, se faz necessário nossa apresentação, pois o perfil profissional adotado desde os anos de 1980 no Serviço Social não esteve desde o início da profissão, foi um processo longo, de negações e afirmações ao longo da sua história. E, por mais que o Serviço Social tenha negado as bases teóricas das suas primeiras formações, ele não pode romper com a ideologia da sociedade a qual está inserido, pode negar e, sem dúvida, é necessário, mas romper não.

Na análise de Netto:

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autonomia representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO, 2011, p. 71-72, grifo do autor).

Para tanto, o texto está dividido em duas seções. Na primeira, será abordado as origens do Serviço Social brasileiro, mostrando os aspectos sócio-políticos presentes no Brasil no momento em que é demandado essa profissão, como também o perfil profissional dos assistentes sociais formados pelas primeiras escolas de Serviço Social. Além disso, será apresentado como se deu o processo de renovação da profissão, que teve início na década de 1960, com ênfase nas seguintes direções: perspectiva modernizadora e reatualização do conservadorismo.

Na segunda seção é apresentada a terceira direção do processo de renovação, a intenção de ruptura, para uma reflexão sobre o novo perfil profissional que foi construído, buscando romper com a formação conservadora que até fins da década de 1970 orientou os assistentes sociais. Destaca-se neste item uma consideração sobre a natureza do Serviço Social, uma vez que é preciso ponderar que, essa profissão

mesmo tendo seu projeto profissional, este não ultrapassa a ordem societária vigente, pois os projetos profissionais estão dentro de projetos maiores, que são os projetos societários. De acordo com Braz (2006, p. 2) “os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores”.

Sabe-se que o projeto societário vigente é o da burguesia, classe dominante na sociedade capitalista, que expressa um caráter contrarrevolucionário, portanto, conservador. Contudo, isso não quer dizer que as profissões obrigatoriamente tenham um projeto em consonância com o do capital. É o caso do Serviço Social, uma profissão que construiu um novo fazer profissional, que segue contra os ditames do capital e a favor da classe trabalhadora. Mas, cabe ressaltar que apesar deste posicionamento de classe e da luta por uma nova ordem societária, isso não nega a natureza da profissão, que surge demandada pela sociedade capitalista para a manutenção da ordem, sendo esta ordem social a que se faz vigente.

2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DAS ORIGENS AO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

O Serviço Social brasileiro surge na década de 1930, ligado diretamente ao contexto sócio-político no qual se encontrava o país. Foi nessa década, que ganhou força o processo de industrialização no Brasil, período do primeiro governo Vargas, e, conseqüentemente, intensificando a exploração da força de trabalho do operariado, ocasionando o agravamento da “questão social”. Nas análises de Yamamoto e Carvalho (2011, p. 83-84) “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Assim, entendemos que a “questão social” é resultado do desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, uma relação intrínseca. Nas palavras de Netto (2011, p.157), “A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”.

No Brasil, “o desenvolvimento da “questão social” se dá num momento em que a constituição do mercado de trabalho em moldes capitalistas está em pleno amadurecimento nos principais centros urbanos” (CARVALHO, 1980, p. 43-44). Dessa forma, se exigirá das classes dominantes respostas para o enfrentamento da “questão

social”. Porém, num primeiro momento, o Estado não tomará para si o enfrentamento da “questão social”, esta “fica relegada a um obscuro segundo plano” (CARVALHO, 1980, p. 52). Assim, a Igreja Católica, na preocupação de manter-se ideologicamente forte na sociedade, fará ações voltadas para as classes subalternas. Logo, o Serviço Social brasileiro surge sob iniciativa da Ação Social e Ação Católica:

A implantação do Serviço Social não é, assim, um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do *bloco católico*, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação, de sua influência normativa na sociedade civil. Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa. (CARVALHO, 1980, p. 59, grifo do autor).

De acordo com Aguiar (2011, p. 42) “Muitas das escolas de Serviço Social nascem de grupos que participaram dos cursos de formação social e das semanas sociais. Entre elas as de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre”. Os assistentes sociais formados pelas primeiras escolas de Serviço Social atuaram como “educadores”, pois a eles cabiam o papel de educar o povo e orientar a família, dessa forma, a preocupação das primeiras escolas era uma formação doutrinária e moral, possibilitando ao profissional o seu papel de instruir, formação que teve por base o neotomismo. Para tanto, segundo Aguiar (2011, p 47) “[...] o Serviço Social, não pode ter uma postura neutra na formação dos futuros assistentes sociais”, pelo contrário, encontrava formas pedagógicas de transmitir a ideologia assumida aos alunos. Logo, a “questão social” era tratada sob o viés da sua moralização.

A partir da segunda metade da década de 1950, o Brasil, numa perspectiva desenvolvimentista, visando consolidar a industrialização no país, mesmo que retardatária, viveu um novo contexto sócio-econômico, o qual incidiu também sobre o Serviço Social, pois esse contexto trouxe mudanças na realidade social brasileira gerando demandas particulares ao Serviço Social e com elas novas formas de intervenção profissional.

Neste sentido:

Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da *industrialização pesada*, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal). Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem “comunitária” enquanto outro “processo” profissional. (grifos do autor). (NETTO, 2011a, p. 137).

De acordo com o referido autor, é a partir deste novo quadro econômico que se passa a exigir um novo perfil profissional aos assistentes sociais brasileiros, diferente das abordagens até então predominantes. Nesta era de desenvolvimentismo, o Serviço Social direcionava-se a formas de intervenção numa perspectiva de Desenvolvimento de Comunidade.

É nesta postura que, nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, se filtra a erosão das bases do Serviço Social “tradicional”: sem negar-lhe explicitamente a legitimidade, as novas energias profissionais dirigiam-se para formas de intervenção (e de representação) que apareciam como mais consentâneas com a realidade brasileira que as já consagradas e cristalizadas nos “processos” que o identificavam historicamente (o Caso e o Grupo). (NETTO, 2011a, p. 138).

Porém, aqui ainda não é o marco para a erosão do Serviço Social tradicional, vê-se apenas o início de um longo processo de reconfiguração teórico e prático profissional, que alcançará seu patamar de amadurecimento no tocante a denominada “intenção de ruptura”. É a partir da década de 1960, principalmente, com o golpe de 1964, que os assistentes sociais iniciam uma forte problematização sobre o seu exercício profissional. Dessa maneira, é durante o período ditatorial que o Serviço Social brasileiro passa pela sua mais profunda transformação, pois foi nesse período que ocorreu o processo de renovação da profissão.

Assim, a renovação é:

o conjunto de características novas, que no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011a, p.131)

É nesse período também que o Serviço Social se consolida como profissão de nível superior. Segundo Netto (2011a, p. 125) “diferentemente de outras profissões de nível superior, que padeceram a refuncionalização da sua formação pela ditadura já com um lastro acadêmico, o Serviço Social ingressa no circuito da universidade justamente no lapso de vigência da autocracia burguesa”. Assim, a formação em Serviço Social, neste período, estaria sob orientação da autocracia burguesa. Porém, a aproximação com as ciências sociais como a sociologia, a psicologia social e da antropologia impulsionaram uma formação que se aproxima de novas teorias concebendo um olhar crítico sobre a realidade. Logo, a autocracia burguesa criou condições que levaram a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, propiciando o surgimento de bases novas à formação e ao exercício profissional, o que gerou a laicização da profissão, ou seja, o afastamento da profissão com a Igreja Católica e a necessidade de uma fundamentação teórico-metodológico para profissão. E, conseqüentemente, a um novo perfil profissional.

[...] o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputa de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na *laicização* do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissional pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante [...]. (NETTO, 2011a, p. 128, grifo do autor).

De acordo com Netto (2011a), no processo de renovação do Serviço Social existiram três vertentes que direcionaram o exercício profissional, a saber: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A primeira, a *perspectiva modernizadora*, foi orientada pelas bases estrutural-funcionalista para adequar-se às exigências oriundas pela autocracia burguesa, Desenvolveu-se na segunda metade dos anos sessenta e sua linha de desenvolvimento teórico foi hegemônica entre os profissionais. “No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses modernos [...]”. (NETTO, 2011a, p.155).

A partir dos debates realizados pelos assistentes sociais acerca do direcionamento da prática profissional, resultado das novas demandas que surgiram ao Serviço Social no contexto da autocracia burguesa, vários eventos foram realizados pela categoria e promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social – CBCISS, dos quais dois tornaram-se marcos: o seminário de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1970), que resultou em dois importantes documentos: o Documento de Araxá e do Teresópolis.

Sobre os debates de Araxá e Teresópolis, Netto afirma:

A maturação do processo de renovação do Serviço Social, no marco da perspectiva modernizadora, alcança nestas formulações o seu ponto mais alto. Há um nítido avanço em face dos resultados que o *Documento de Araxá* consagrou: se, neste, a ênfase na “teorização” conseguira atrelar as concepções profissionais ao projeto da “modernização conservadora”, a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura, no privilégio à questão da “metodologia”, a exclusão de vieses tendentes a problematizar a inserção do Serviço Social nas fronteiras dos complexos institucional-organizacionais que promoviam o processo da “modernização conservadora”. (NETTO, 2011a, p. 190, grifo do autor).

A segunda direção, a *reatualização do conservadorismo* é considerada por Netto (2011a, p. 157) como sendo a “mais impermeável às mudanças”, pois recupera traços da atuação profissional vinculados ao pensamento católico tradicional, mas com uma nova imagem ou nova “roupagem”. Sob bases de inspiração fenomenológica, o perfil profissional expressava-se em padrões totalmente tradicionais e conservadores e o exercício do Serviço Social era sustentado pela ajuda psicossocial do indivíduo

A terceira e última direção do processo de renovação do Serviço Social é a *intenção de ruptura*. Esta direção é, sem dúvida, a mais importante nesse processo, pois diferente das outras duas direções ela propõe uma nova base para o Serviço Social, uma vez que pretende romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), e, também porque servirá de base para a construção de um novo perfil profissional. Debate que segue na próxima seção.

3 A PERSPECTIVA DE INTENÇÃO DE RUPTURA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL PROFISSIONAL.

A denominada *intenção de ruptura* surge entre os muros da universidade na primeira metade dos anos setenta e só vai explodir com a crise da autocracia burguesa e com o “Método Belo Horizonte”². Neste sentido, “ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. (NETTO, 2011a, p. 159). Essa vertente foi possibilitada pela aproximação do Serviço Social com o marxismo.

A crise da autocracia burguesa ocorre em fins da década de 1970 marcando uma ascensão dos movimentos sociais. Aqui, é importante ressaltar que o Serviço Social se alia ao movimento político-social participando das lutas sociais e iniciando um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo³. É preciso considerar que:

[...] a denúncia do conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente – na verdade, desde a segunda metade dos anos sessenta (quando o Movimento de Reconceituação, que fez estremecer o Serviço Social na América Latina, deu seus primeiros passos), aquele conservadorismo já era objeto de problematização. O trânsito dos anos setenta aos oitenta, porém, situou esta problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1º de abril de 1964, por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital (NETTO, 1999, p.9).

Segundo Braz (2006) um marco importante para o Serviço Social nesse processo de ruptura foi o III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) que ocorreu em 1979, na cidade de São Paulo, quando a mesa que sempre era composta por representantes militares foi destituída e ocupada por representantes dos trabalhadores. Esse marco ficou conhecido como “O Congresso da Virada”. A partir de

² O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangendo, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusiva do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2011a, p. 276).

³ Na verdade, o Serviço Social nunca esteve ausente da cena política durante o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964. Ao longo de todo o ciclo ditatorial, incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sócias assessoraram serventários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979, uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes resistiu à ditadura pelos meios que encontrou, e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal – também em nosso corpo profissional contam-se exemplo de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim grandeza humana e meio a perseguições, tortura, prisão e exílio. (NETTO, 2009, p. 664).

então, o Serviço Social se posicionou a favor de um projeto profissional crítico, num compromisso ético e político, que visava romper com as práticas conservadoras e suas bases teóricas. Para Netto (2009, p. 674) “Quaisquer que sejam, porém, as perspectivas e as alternativas do Serviço Social no Brasil, o significado do III Congresso não será esbatido. Ele permanecerá como um episódio histórico – e oxalá as novas gerações de profissionais possam extrair do seu legado toda a sua riqueza”.

Como já citado anteriormente, o projeto profissional crítico do Serviço Social é denominado de projeto ético-político, este termo é datado do IX CBAS realizado, em 1998, na cidade de Goiânia-GO, cujo tema foi “Trabalho e projeto ético-político profissional”. Segundo Iamamoto (2009, p. 4) o Serviço Social brasileiro construiu um “projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”.

Um projeto profissional não se limita apenas aos interesses de uma categoria, pois há uma relação com as condições macrossocietárias, a partir das quais as profissões percebem seus limites e possibilidades de atuação profissional. Portanto, os projetos profissionais fazem parte de um projeto maior, ou melhor, um projeto societário.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 222).

Mas, precisamos compreender que o fato dos assistentes sociais, hoje, possuírem um projeto hegemônico o que configura um perfil profissional crítico, que vai na contracorrente da ordem burguesa, não significa que isso anule a natureza da profissão. Temos um histórico de compromisso com as classes dominantes, precisamos sim olhar para esse para não repetir os erros do passado e poder mostrar como a trajetória realmente ocorreu. Esta tarefa não é ou não deve ser nenhum constrangimento para nós.

Em concordância com Netto:

A nossa profissão tem cicatrizes históricas, tem várias cicatrizes históricas. Nós não avançamos se formos cobrir essas cicatrizes. Não há que ficar coçando-as para que elas não cicatrizem nunca, mas também não há que esconder. Não há por que esconder o nosso histórico compromisso com as elites. Não há por que esconder o nosso histórico alheamento da luta política. Não há por que esconder esse passado, ele é nosso. Nós devemos resgatá-lo, recuperá-lo, e não querer, a partir desse momento, criar uma nova profissão [...] (NETTO, 1986, p. 60).

Com o fim do regime ditatorial, o Brasil vive um processo de redemocratização e em meio ao novo contexto político brasileiro, uma nova Constituição Federal é promulgada em 1988, a qual se configura como a objetivação das lutas populares por direitos e por políticas sociais públicas. Diante das mudanças sócio-políticas do país, o Serviço Social também avança na construção de um novo perfil profissional orientado por um projeto profissional crítico. Na década de 1980, tem-se: 1. Em 1982, houve a reformulação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social na perspectiva de uma nova orientação profissional. 2. Em 1986, há a aprovação e publicação de um novo Código de Ética⁴.

Na década seguinte, o projeto profissional, então, amadurece e demanda novos elementos para a categoria. Assim, em 1993, tem-se a aprovação e publicação de um novo Código de Ética, este vigente na atualidade, expressa o amadurecimento do projeto profissional de ruptura com a prática tradicional do Serviço Social. No mesmo ano, também é aprovada a Lei nº 8.662, que regulamenta o Serviço Social como profissão. A aprovação desta lei foi um enorme avanço para profissão, pois além de substituir a anterior datada da década de 1950, afirmou as competências e atribuições dos Assistentes Sociais, sendo instrumento jurídico que possibilita o enfrentamento aos desafios postos à profissão.

Por fim, observa-se que o novo perfil profissional adotado pelo Serviço Social, sob uma orientação crítica, só foi possível através do processo de renovação que passou a profissão, tendo como protagonista deste processo, a chamada *intenção de ruptura*. O projeto profissional crítico, que tem sua gênese na década de 1970, se desenvolve na década de 1980 e amadurece em 1990 é resultado de uma luta da

⁴ Anterior a este, teve-se os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975. “Os Códigos brasileiros de 1965 e 1975 reproduzem a base filosófica humanista cristã e a perspectiva despolutizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional. No entanto, uma comparação entre eles aponta para alguns pontos que evidenciam a adesão profissional a determinadas demandas emergentes”. (BARROCO, 2010, p. 126).

categoria na negação das práticas conservadoras que esteve presente no Serviço Social desde as origens até a década de 1970.

4 CONCLUSÃO

Verificamos que o Serviço Social brasileiro, na sua gênese, é marcado por uma prática profissional tradicional que atendia aos interesses do projeto burguês, uma vez que é uma profissão demandada pelo modo de produção capitalista. A partir de 1964, com o processo de renovação do Serviço Social, a profissão passou por transformações que intentam romper com a suposta neutralidade da sua origem e com as expressões de base conservadora.

Todo esse processo tem uma grande complexidade teórica a ser desenvolvida. Não podemos querer entender o Serviço Social sem fazer esse movimento de ir na origem da profissão, entender os seus fundamentos é de suma importância para se entender o papel que o Serviço Social ocupa nesta sociedade, os avanços alcançados pela profissão, os desafios postos aos assistentes sociais e os objetivos frente ao seu compromisso de classe.

Assim, somente em fins da década de 1970 e início da década de 1980, a profissão assume uma prática orientada por um projeto profissional crítico, pondo-se em pauta um perfil profissional comprometido com a classe trabalhadora.

Cabe ressaltar quão válido foi o processo de renovação que o Serviço Social passou, o seu compromisso com a classe trabalhadora e a crítica a ordem capitalista é uma grande conquista dentro do campo das profissões, uma vez que estas vivem o processo de reprodução da lógica do capital e, provavelmente, sem fazer uma análise como a nossa categoria. Porém, isto não nega a natureza daquela profissão.

Fazer um resgate da nossa história é ter mais certeza dos avanços, conquistas e limites. É compreender que toda luta a qual os assistentes sociais foram protagonistas não foi em vão. E, nesse processo a *intenção de ruptura* foi a perspectiva basilar para um novo perfil profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez: 2011.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª região, 2006.

CARVALHO, Raul de. Modernos Agentes da Justiça e da Caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 2. São Paulo: Cortez, 1980.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: UnB/CEAD, 2009. Disponível em: <ava.unit.br/dokeos/conteudo/pdf/SS_Contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, nº1, 1986.

_____. **A construção do projeto ético político do Serviço Social**, 1999. Disponível em: <http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 100. São Paulo: Cortez, 2009.